

Para Colin, Governo deve reescalonar juros também

BRASÍLIA — O Presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, afirmou ontem que o Governo brasileiro deverá iniciar, a partir de 1984, uma terceira fase nas negociações internacionais, incluindo o reescalonamento dos juros da dívida externa. A atual fase de negociações — a chamada fase dois — limita-se, segundo ele, a solucionar os problemas brasileiros de liquidez para o final deste ano e para 1984.

Colin adiantou que os banqueiros americanos são os mais resistentes à inclusão dos juros numa renegociação global do endividamento externo brasileiro, ao contrário dos representantes dos bancos europeus, mais receptivos à proposta.

O Presidente do Banco do Brasil admitiu que a transição entre duas administrações (já que a partir de 1985 o País terá um novo Governo)

dificulta negociações mais abrangentes em torno do endividamento externo. Disse acreditar, porém, que o próximo Governo contará com condições mais favoráveis para conduzir o processo de negociação externa e a política econômica internacional.

Segundo Colin, as condições de prazo e juros do financiamento de US\$ 1,5 bilhão prometido pelo Eximbank para a compra de produtos americanos pelo Brasil dependerão de negociações diretas entre o importador brasileiro e o exportador dos EUA, com a participação dos agentes financeiros.

Essas condições dependem, também, do tipo de produto a ser financiado, embora Colin tenha adiantado ontem que as matérias-primas, como produtos agro-pecuários, têm prazos de financiamento menores,

ao contrário dos bens industriais. A lista de produtos americanos a serem importados, entretanto, ainda está em negociação pelo Banco Central com os representantes do Sub-Comitê de Comércio dos bancos credores.

Colin explicou que o Banco do Brasil aparecerá apenas como o fiador das operações, em nome do Tesouro Nacional. Tanto o importador brasileiro como o exportador americano poderão optar, sem restrições, pelos agentes financeiros de sua preferência.

Os recursos do Eximbank que equivalem ao valor total das importações brasileiras dos Estados Unidos durante um ano, só serão liberados depois da aprovação da terceira carta de intenções do Brasil pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), lembrou Colin.